Minas ganha observatório voltado para trabalho, emprego e renda

Qui 17 junho

O <u>Governo de Minas Gerais</u> apresenta, nesta quinta-feira (17/6), o Observatório do Trabalho. Desenvolvido pela <u>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)</u>, em parceria com a <u>Fundação João Pinheiro (FJP)</u>, a Fundação Jorge Duprat (Fundacentro) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o projeto servirá como instrumento para produção e disseminação de informações técnicas relevantes sobre o mercado de trabalho e a situação do emprego no estado.

O Observatório também dará suporte à administração pública e ao setor privado envolvidos na formulação, execução e monitoramento de ações e políticas de emprego, trabalho e renda.

Serão disponibilizados, periodicamente, informativos eletrônicos e boletins conjunturais, elaborados a partir das principais bases de dados da área do trabalho como Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais) – ambos do Ministério da Economia, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras.

Indicadores

No Observatório será possível acessar diversos indicadores ligados às temáticas de população, economia, trabalho, educação e políticas públicas. Será disponibilizado, também, um mapa interativo, que traz informações georreferenciadas de Minas Gerais a partir desses indicadores.

"Entender as dinâmicas do mercado de trabalho, por meio da busca de dados e produção de informações, é fundamental", indica o subsecretário de Trabalho e Emprego da Sedese, Raphael Vasconcelos, sobretudo para a elaboração de políticas públicas de qualidade, mais eficientes e adequadas ao contexto. Tudo isso, aponta ele, "sem deixar de lado a relevância para antecipar novas tendências e agir de maneira mais preventiva. Vasconcelos destaca, ainda, que contar com esses parceiros será muito importante para a consolidação, no Estado, da aplicação concreta de políticas públicas baseadas em evidências.

Três boletins conjunturais estão entre os primeiros estudos elaborados. São eles: "Movimentação do mercado de trabalho formal em Minas Gerais, em 2020: os casos das pessoas com deficiência e dos trabalhadores intermitentes e em tempo parcial"; "Pandemia aumenta as desigualdades do mercado de trabalho mineiro em 2020"; e "Trabalho remoto durante a pandemia no Estado de Minas Gerais".